

País apressa negociação com o Clube de Paris ao pagar juros

Ainda Est 6 JUN 1986 JORNAL DO BRASIL

Brasília — O presidente do Banco Central, Fernaldo Bracher, disse ontem que o Brasil concordou em pagar os juros e parte do principal da dívida externa com o Clube de Paris (financiamentos de governo a governo) vencidos entre janeiro de 1985 e abril deste ano. A disposição do governo brasileiro de saldar esses compromissos deve facilitar a renegociação da dívida com o Clube de Paris, disse um assessor de Bracher. Os governos integrantes do Clube vinham se queixando de que o país não pagava os juros da dívida, enquanto adotava critério diferente em relação aos bancos.

O principal entrave nessa negociação — que prossegue sem data marcada para terminar — É a negativa do Brasil de firmar um acordo com o Fundo Monetário Internacional, disse o assessor do presidente do BC. A última renegociação envolveu 2,7 bilhões de dólares, vencidos em 1983 e 1984. Na mesa de discussões estão agora 3,9 bilhões, vencidos em 1985 e a vencer este ano.

O Brasil vai pagar sobretudo juros e uma percentagem do estoque da dívida — disse Bracher, sem detalhar números. Este mês o Brasil deve recomeçar a pagar também os juros correntes que vencem a partir de maio, informou uma fonte do Banco Central em Nova Iorque.

O diretor do Banco Central para assuntos da dívida externa, Antônio de Pádua Seixas, e os representantes do comitê dos bancos credores do país deverão concluir hoje a redação final dos diversos documentos referentes ao novo acordo de renegociação da dívida.

A otimista previsão é do próprio Pádua Seixas, ao comunicar à presidência do Banco Central o andamento das negociações, iniciadas sobre os textos dos documentos, o comitê assessor dos bancos credores poderá iniciar, finalmente, o trabalho de recolhimento de assinaturas dos mais de 700 bancos envolvidos no acordo.

Segundo o relato feito por Antônio de Pádua Seixas à presidência do Banco Central, esta rodada final para conclusão do primeiro acordo de renegociação da dívida externa entre o governo da Nova República e os bancos credores correspondeu às mais otimistas previsões das autoridades brasileiras. O acerto, cujas bases foram definidas em fevereiro, refere-se ao reescalonamento da dívida vencida em 1985 e dos débitos que estão vencendo este ano.

Proálcool

Bracher e o diretor de crédito rural e industrial do BC, Hélio Ribeiro de Oliveira, depuseram ontem na Comissão

Parlamentar de Inquérito da Câmara de Deputados que investiga irregularidades no Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool (IAA) e na Superintendência Nacional de Marinha Mercante (Sunamam).

Questionados especificamente sobre o Proálcool, Bracher e Oliveira não confirmaram depoimento anterior, do diretor do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, de que teriam sido desviados do programa recursos equivalentes a Cz\$ 20 bilhões.

Oliveira, porém, admitiu que das 20 empresas apontadas como envolvidas no desvio, uma teve as operações de financiamento desqualificadas (isto é, foi obrigada a devolver ao Banco Central os recursos financeiros aplicados, com juros de 24% e correção monetária plena). Recorrendo à lei do sigilo bancário, o diretor do BC se negou a revelar o nome da empresa.

Oliveira disse ainda que, no exame das demais operações apontadas pela Polícia Federal, não foi possível encontrar indícios de fraude fiscal (notas "frias"), mas que toda a documentação solicitada — cerca de 200 mil cópias xerox — foi entregue à Justiça de São Paulo. "Em se confirmando as denúncias divulgadas pela imprensa, todas as penalidades previstas na lei serão aplicadas", disse o diretor do BC.